

Proteção social não contributiva sob a perspectiva da infância e da equidade: Palestina¹

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

O Estado da Palestina (SOP) está situado na região do Oriente Médio e possui um território fragmentado, dividido em duas áreas principais: a faixa de Gaza, na costa do Mediterrâneo, e a Cisjordânia, na fronteira com a Jordânia. O Estado da Palestina possui uma população total de 4,5 milhões de habitantes, dos quais 2,2 milhões (49 por cento) são menores de 18 anos de idade e 700.000 (15 por cento) são menores de 5 anos. As taxas de fertilidade são as maiores do Oriente Médio e Norte da África: 4,11 nascimentos por mulher. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0,684 em 2015, comparado com a média de 0,704 na região. Em 2011, 25,8 por cento da população palestina vivia abaixo da linha de pobreza nacional (um salário de ILS 2.293 ou 637 dólares, por mês, para uma família média). A situação em Gaza é particularmente preocupante, com o índice de pobreza a 39 por cento, comparado ao de 16 por cento na Cisjordânia, em 2015.

As crianças são desproporcionalmente afetadas pela pobreza. Em 2010, estimou-se que praticamente 40 por cento das crianças em Gaza viviam abaixo da linha de pobreza nacional. Ainda, possuem acesso limitado a serviços de saúde e educação e podem estar sujeitas a trabalho infantil e abuso. De acordo com o Escritório Central de Estatísticas da Palestina (*Palestinian Central Bureau of Statistics*) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 66 por cento das crianças abaixo dos 3 anos de idade não possuem níveis de nutrição adequada e 63 por cento daquelas entre 5 e 14 anos de idade não têm acesso à educação.

Os conflitos na Palestina contribuem para a deterioração das condições de vida, acarretando um alto número de refugiados e pessoas deslocadas internamente. O impacto das restrições de mobilidade e comércio afetaram substancialmente a economia e o mercado de trabalho palestinos, com o desemprego entre jovens alcançando 58 por cento em Gaza, em 2017. Essas limitações também afetaram negativamente o acesso a bens de consumo, e a insegurança alimentar permanece uma questão vital, visto que 27 por cento das famílias palestinas e 47 por cento das famílias de Gaza sofrem com insegurança alimentar.

A assistência social é crucial para a subsistência da população mais vulnerável do país. De acordo com a *Socio-Economic and Food Security Survey 2014*, 40 por cento das famílias palestinas recebem alguma forma de assistência social, com uma diferença considerável entre Gaza (84,2 por cento) e a Cisjordânia (16,5 por cento).

A proteção social no Estado da Palestina é administrada por uma série de instituições governamentais e não governamentais. No governo, o Ministério de Desenvolvimento Social (MoSD) é o principal responsável pelo setor. A *Social Development Sector Strategy (2017-2022)*, lançada pelo governo, busca mitigar a pobreza monetária, insegurança alimentar e as dimensões não monetárias da pobreza, em alinhamento com outro documento estratégico, a *National Policy Agenda 2017-2022*.

O maior programa de proteção social do país é o *Palestinian National Cash Transfer Programme (PNCTP)*. Administrado pelo MoSD, os beneficiários do PNCTP são selecionados com base em uma medida por variável indireta das condições de vida (*proxy means test*). Aproximadamente 115.000 famílias são apoiadas com pagamentos trimestrais, a um custo anual de 110 milhões de dólares. Os beneficiários têm direito a outros benefícios, como seguro de saúde, isenção de taxa escolar e subsídios em dinheiro para necessidades emergenciais. O programa atingiu, aproximadamente, 287.794 crianças, em 2013.

Um programa de assistência alimentar (*Food Assistance Programme*) é gerido pelo MoSD em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), fornecendo transferências em espécie e vales eletrônicos para 503.221 famílias em 2016. A mesma fórmula PMT usada para o PNCTP é utilizada para selecionar os beneficiários do programa. Ademais, o programa *Protection, Care and Rehabilitation of Marginalised and Vulnerable Groups*



oferece transferência em espécie e serviços para pessoas com deficiências, órfãos, mulheres vítimas de violência e idosos. Em 2014, a iniciativa beneficiou 5.760 crianças.

A isenção de taxas educacionais é oferecida pelo Ministério da Educação para: filhos cujos pais estejam presos; pessoas vivendo além do muro de separação; estudantes desfavorecidos e beneficiários do PNCTP. O programa *Deprived Families Economic Empowerment Programme* (DEEP), apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), oferece microfinanciamento, crédito para fomento e capacitação para as famílias afetadas por doenças, deficiência física, pobreza e desemprego. O DEEP apoiou 215.000 pessoas, das quais 60 por cento são crianças por intermédio de suas famílias.

Uma importante fonte de financiamento não governamental para assistência social são os comitês *zakat*. Sob a supervisão do fundo *Zakat Fund*, do Ministério de *Awqaf* e Assuntos Religiosos,² os comitês *zakat* oferecem transferências em dinheiro e em espécie para cobrir os custos de educação e serviços de saúde de crianças órfãs. Aproximadamente 20.505 crianças foram beneficiadas, por ano, na Cisjordânia, entre 2007 e 2011. O comitê também oferece assistência financeira para famílias pobres e vulneráveis, transferências únicas de emergência em dinheiro e em produtos, como comida, roupas e material escolar.

Programas de proteção social são indispensáveis para suprir as necessidades básicas de uma grande proporção da população palestina. O MoSD tem se esforçado cada vez mais para integrar as ferramentas e os objetivos dos programas existentes. No entanto, em razão do grande número de crianças que sofrem violência, nos níveis doméstico e comunitário, permanece essencial assegurar uma forte coordenação entre assistência social, proteção social e outros serviços para crianças sob risco de violência, abuso e exploração.

Nota:

1. Este *One Pager* foi retirado de um estudo detalhado, resultante de uma parceria entre o IPC-IG e a UNICEF MENARO. Todos os dados mencionados estão completamente referenciados no relatório completo: MACHADO, A. C., BILLO, R., OSORIO, R. e SOARES, F. *Overview of Non-contributory Social Protection Programmes in the Middle East and North Africa (MENA) Region through a Child and Equity Lens*. Brasília e Amã: International Policy Centre for Inclusive Growth e UNICEF Regional Office for the Middle East and North Africa, 2018 <<https://goo.gl/QfmKwK>>.

2. *Zakat* em Gaza e Jerusalém Oriental estão sob um sistema distinto. As informações apresentadas neste texto referem-se somente à Cisjordânia.